



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 203ª reunião, realizada em 13 de março de 2024

1 Em 13 de março de 2024, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM),
2 por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
3 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente
4 Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Representantes
5 do poder público: Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
6 (Seapa); Sérgio de Paula e Silva Júnior, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Emerson Roberto
7 Guimarães Lima, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Solimar Assis, da Secretaria de Estado de Planejamento
8 e Gestão (Seplag); Alice Senra Cheib, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia,
9 da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Marilene Fabri Lima, da Secretaria de
10 Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Kathleen Garcia Nascimento, da Secretaria de Estado de
11 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ivan Tavares de Melo Filho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa
12 Vieira Marques Brigagão, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Junior Silvano Alves, da Coordenadoria Estadual
13 de Defesa Civil (Cedec); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques
14 Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); João Augusto de Pádua Cardoso, da Comissão de Meio
15 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro
16 Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier,
17 da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação
18 Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e
19 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de
20 Minas Gerais (Fiemg); Silvia de Freitas Xavier, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Neide Mateus
21 Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre
22 Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado
23 Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); André Amaral Horta, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
24 Ambiental (Abes); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e
25 Desenvolvimento Socioambiental; Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria
26 do Planeta; Ronaldo Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Heleno Maia Santos Marques do
27 Nascimento, do Instituto Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Wander Magalhães Moreira Júnior,
28 do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-MG); Henrique
29 Paprocki, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Tamires Mousslech Andrade Penido, do
30 Instituto Antônio Ernesto de Salvo (Inaes); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);
31 Wander Lúcio Rodrigues Alves, da Associação dos Produtos de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estrado
32 de Minas Gerais (Aprosoja); Maria Emília Borges e Borges, da Associação Brasileira de Engenheiros Cíveis (Abenc).
33 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de Melo declarou
34 aberta a 203ª reunião do Plenário do COPAM e deu boas-vindas aos conselheiros. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
35 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados.
36 **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida, da SEMAD, esclareceu sobre
37 desincompatibilização de conselheiros do COPAM durante o período eleitoral, em caso de participação como
38 candidatos a cargo público. Informou que é exigida a substituição dos conselheiros que forem participar do pleito,
39 conforme Lei Complementar nº 64, e citou questões de impedimento de que trata a Lei 14.184 e os critérios de
40 substituição previstos no Regimento Interno do COPAM. Orientou que seja consultado o Tribunal Superior Eleitoral
41 (TSE) quanto ao prazo para desincompatibilização, solicitou que o órgão ou entidade entre em contato com a SEMAD
42 para a formalização do respectivo processo SEI nos casos de necessidade de substituição para desincompatibilização
43 ou por qualquer outro motivo e colocou a Secretaria Executiva à disposição. **5) EXAME DA ATA DA 202ª REUNIÃO.**
44 Aprovada por unanimidade a ata da 202ª reunião do Plenário do COPAM, realizada em 13 de dezembro de 2023.
45 Votos favoráveis: ALMG, AMM, Cedec, MPMG, PMMG, Seapa, Secult, Sede, Sedese, SEE, SEF, Segov, Seinfra, SEMAD,

46 Seplag, SES, Abenc, ACMinas, Amliz, Aprosoja, CMI, Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Faemg, Fetaemg,
47 Fiemg, Ibram, IHMBio, Inaes, Instituto Espinhaço, Senar, PUC Minas, SME e Zeladoria do Planeta. Ausências: Crea,
48 MMA e Abes. **6) PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DA ÁGUA 2024. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das**
49 **Águas (IGAM).** Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira, do IGAM, apresentou ao Plenário do COPAM a
50 programação da Semana da Água, com diversos eventos e atividades entre os dias 18 e 22 de março, convidou a
51 todos os conselheiros para participar e solicitou o apoio na divulgação. **7) CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP) 28 - OS**
52 **DESDOBRAMENTOS E AS AÇÕES SUBSEQUENTES. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
53 **Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Renata Maria de Araújo, superintendente de Qualidade Ambiental e
54 Mudanças Climáticas, da SEMAD, fez apresentação sobre a Conferência das Partes (COP) 28 - Os desdobramentos e
55 as ações subsequentes, destacando as principais agendas da comitiva mineira na COP, realizada em Dubai, e casos
56 de sucesso de Minas Gerais desenvolvidos por iniciativas do Estado e do setor produtivo. Após a exposição, foram
57 registadas as seguintes manifestações. Debates. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello/Faemg: “Obrigada. Muito
58 bom ver essa apresentação da Renata. Estivemos juntas na COP, especialmente no ‘Minas Day’, que foi um evento
59 marcante para Minas Gerais, para todos os segmentos de Minas Gerais. E eu vejo que ir a um evento dessa magnitude
60 nos traz oportunidades, como aqui muito bem mostrado pela Renata, e também é uma oportunidade de levarmos
61 para lá, para interlocução que não seja nós mesmos, a nossa realidade, as nossas situações. E aí eu falo até,
62 especialmente, do ponto de vista do setor agropecuário, que a agricultura, sabemos que, sim, a Europa tem uma
63 grande força, uma grande participação nesse âmbito da ONU, nesses acordos etc., e nós vemos que a nossa
64 agricultura é realmente muito diferente do que eles têm conhecimento. Quando falamos, por exemplo, de três safras
65 e uma série de diferenciais da agricultura tropical brasileira e mineira, vemos que o pessoal fica assim sem conseguir
66 compreender, a princípio, é uma coisa muito diferente para eles. E nós precisamos, cada vez mais, reforçar isso e
67 levar a nossa realidade. Porque o que temos visto, especialmente nessa COP de Dubai, em que está sendo discutida,
68 inclusive, a participação da agropecuária através do trabalho de Sharm El-Sheikh, no Acordo de Paris, nós vemos que
69 precisamos levar essa realidade, porque o país tem realmente uma grande participação global no que se refere à
70 agropecuária. E não podemos deixar que isso seja pesado por um número grande de países menores e de menos
71 representatividade no agro. Nós temos muito a ensinar, muito a levar. Inclusive, surpreendentemente, nós somos
72 chamados por países, a Liga Árabe, por exemplo, nos chamou falando ‘nós já fizemos de tudo, instalamos uma planta
73 de biocombustíveis e não conseguimos chegar à produção máxima; é impossível’. Estão querendo apoio nosso, do
74 Brasil, de Minas Gerais, para conseguir desenvolver. Eles acham que nós fazemos mágica. Então eu queria trazer essa
75 questão dessa oportunidade e colocar também, como foi mencionada, a legislação europeia relacionada a não
76 importar determinados tipos de produtos oriundos de áreas desmatadas, ao longo de toda a cadeia produtiva, uma
77 ferramenta muito importante para o Brasil, para Minas Gerais é o Cadastro Ambiental Rural, é a nossa ferramenta
78 oficial, que não precisaríamos de ter em outras instituições ou países desenvolvendo formas de monitoramento.
79 Nós já temos. Temos o Cadastro Ambiental Rural, temos diversos instrumentos de monitoramento de cobertura
80 vegetal e tudo mais, e o que precisamos fazer é fortalecer. Nós enviamos 20 entidades, e em conjunto assinaram um
81 ofício, agora na semana passada, para o governador Zema, relacionado a exatamente isso. Porque se não
82 conseguimos identificar e tratar dos gargalos, das questões que barram a efetiva validação dos Cadastros Ambientais
83 Rurais, não vamos ter o efeito desejado do Código Florestal. É com o cadastro validado que o produtor rural consegue
84 acessar crédito, ter o desconto na taxa de juros do Plano Safra, uma série de outras questões. E também é nesse
85 momento do CAR validado que o órgão ambiental consegue e pode, legalmente, convocar o produtor rural, naquele
86 prazo de um ano, para ele aderir ao PRA, o Programa de Regularização Ambiental, que vai, por consequência, efetivar
87 o Código Florestal, o tratamento dos passivos ambientais. E essa é uma agenda comum nossa, uma agenda comum
88 do setor produtivo, do Estado de Minas Gerais, do Brasil, e nós precisamos de ter tratativas nessa seara. Estou vendo
89 aqui o Wander representando a Aprosoja. A Aprosoja foi uma dessas 20 entidades que assinaram conosco o ofício
90 que foi ao governador, só para tratar disso. E trazer também aqui o lançamento... Minas Gerais fez, há algum tempo,
91 o lançamento de um programa chamado Movido pelo Agro, relacionado ao incentivo à utilização do etanol como
92 combustível. O Brasil, Minas, nós temos esse combustível. Claro que a questão de elétrico é uma estratégia e tal, mas
93 nós temos isso no Brasil já há muitas décadas. Então fizemos um projeto e apresentamos, inclusive, na COP 28, e o
94 sucesso dele foi tão grande que Mato Grosso do Sul resolveu aderir. Então ontem foi lançado o Movido pelo Agro no
95 Mato Grosso do Sul, com o mote, inclusive, de Minas para o Brasil. Depois vai ser lançado no Nordeste. Tem alguns
96 Estados na fila. Então estamos nos movendo, secretária Marília, com relação também aos nossos compromissos
97 diante do Race to Zero. Fui um pouco longa, mas acho que esse assunto tem muita importância para nós, e é este

98 momento que temos para trazer para todos vocês.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Ana Paula. É
99 absolutamente precisa e importante a sua colocação. De fato, essas nossas participações em eventos internacionais
100 nos dão diversos benefícios. Primeiro, do ponto de vista de política pública, têm nos permitido captação de recursos
101 internacionais constantes para as nossas ações. O nosso Inventário, nosso Plano de Ação Climática e o próprio MRV
102 são com recursos do governo britânico. Temos hoje uma bolsista do governo francês aqui conosco, desenvolvendo
103 um trabalho com os municípios. Mas um tema também muito importante dessa participação, como você disse, é
104 desmistificar falsas informações que vão para fora do país. Lembrando que Minas Gerais tem 33% da sua área com
105 cobertura vegetal nativa, que há um esforço tecnológico grande do setor de agricultura no Estado de Minas Gerais
106 para poder tanto regularizar ambientalmente quanto produzir com a utilização de menos insumos, sejam eles de
107 todas as origens. E temos oportunidade de mostrar que nós estamos avançando e já estamos muito à frente do que,
108 de fato, é colocado lá fora em relação às nossas ações. O Leonardo está aqui do meu lado, ele participou me
109 representando nesta semana, na segunda-feira, no evento com a Comunidade Europeia, com o secretário Thales e o
110 IEF. Nós estamos consolidando também a ferramenta Selo Verde aqui no Estado de Minas Gerais. Então diversas
111 ações em parceria com o setor da agricultura, que vão a cada dia nos dar condições, com dados técnicos, práticos,
112 objetivos e assertivos, de demonstrar como que o agro no Estado de Minas Gerais tem se posicionado de uma
113 maneira diferenciada em relação a essa agenda do clima. A agenda do clima é uma agenda muito abrangente, mas,
114 especialmente, nessa questão da utilização de recursos ambientais, de preservação, de integração com os diversos
115 aspectos que se relacionam à agenda. Então, muito obrigada, pela sua fala.” Conselheiro Adriano Nascimento
116 Manetta/CMI: “Eu pedi a palavra, presidente, porque vi uma separação muito importante, feita pela Renata, na
117 apresentação dela, da questão da impropriedade do nome do Race to Zero. Primeiro de como essa questão de
118 compensação de emissões de carbono é complexa. Eu mesmo demorei muito a entender, grosseiramente, como é
119 que isso funciona. Então o cidadão leigo entende pouco. E aí o que é importante disso é que essa questão, há muito
120 tempo, produz repercussões em matéria de licenciamento ambiental de maneira imprópria. E eu tenho a impressão
121 de que, a partir da assinatura do governo, esse efeito colateral cresceu no compromisso pelo Race to Zero. De que
122 maneira? No momento de licenciamento, a autoridade, em vez de discutir se uma determinada emissão está sendo
123 compensada ou não, a autoridade quer impor que a emissão não exista. E isso cria repercussões grandes. Por
124 exemplo, um caso muito recente – é bom dizer que não tem nada a ver com a SEMAD –, participei, dentro do Comam,
125 de BH, da deliberação polêmica da supressão de árvores na Pampulha para a Stock Car. Uma das argumentações que
126 se gritava a altos pulmões, não pelo Conselho, mas por particulares, pessoas do público que participavam da reunião,
127 é que o evento é muito poluente, que os carros emitem muito dióxido de carbono, que tem a própria supressão das
128 árvores e por aí vai. E ocorre que, de fato, é um evento que é carbono zero, que quer dizer que ele compra, pelos
129 mecanismos internacionais, créditos de carbono para superar essas emissões que ele gera de maneira estimada. E é
130 muito interessante que disseram isso. No caso, por um convênio, o empreendedor é a própria prefeitura. Explicaram
131 que o evento é carbono zero etc., e os populares não acreditam nisso, falam ‘esse mecanismo não existe’ ou ‘não
132 funciona, isso é uma mentira’. O ponto: isso também existe com os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente da
133 prefeitura, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. E também tranquilo para dizer, porque, sei lá, 15 anos atrás,
134 quando eu nem estava no COPAM, mas acompanhava as reuniões de fora, existia toda uma discussão sobre impacto
135 do empreendimento, porque ‘ah, vai ter caminhão, então gera carbono’. Isso dentro de uma usina de cana-de-açúcar,
136 que vai fabricar biocombustível, é uma colocação que não tem lógica nenhuma. Mas no pensamento simplista, mal
137 estruturado e fora da lógica do que é a compensação de crédito de carbono, isso parece uma verdade e produz uma
138 repercussão muito complicada dentro do licenciamento. Em geral, quando isso vinha, ou com objetivo de ampliar a
139 compensação ou de propor o próprio indeferimento de uma licença ou criar condicionante própria. Então o que eu
140 estou dizendo? É importante, junto com a questão do Race to Zero e de toda essa política, que eu acho espetacular,
141 que estamos construindo – até acho que cedo ou tarde nós vamos chegar ao nosso mercado próprio do Estado, dos
142 créditos, já que a União eu não sei se vai regular direito –, fazer a campanha de conscientização interna sobre o que
143 seja, efetivamente, isso de descarbonização. Deixar claro que tem pouco a ver com a necessidade ou obrigação de
144 redução de fonte. Claro que se você tiver uma fonte, um redutor de fonte viável, preferível que se use. Mas se não
145 houver... Por exemplo clássico, indústria de ferro-gusa, para além do filtro, vai reduzir a emissão como? Não vai. E
146 essa redução é muito pouca, a indústria de ferro-gusa tem que caminhar no caminho de compensar as emissões.
147 Mas sempre que vem esse tipo de processo em pauta você sempre vai ter a discussão, ‘ah, mas tem que reduzir, tem
148 que reduzir, não há tecnologia para reduzir’. Se não há, a discussão tem que ser alinhada e colocada no campo da
149 compensação dos créditos. E eu acho que é bastante isso, é de explicar o que é, ensinar para dentro, porque é difícil,

150 é técnico. Parece muito simples, tem nada de simples. Eu custei um bom tempo para conseguir entender esse
151 funcionamento, e olha que fui correr atrás para um processo, meu projeto, meu processo, nem sujeito a licença;
152 tinha o Adriano Tonaco, que é um craque nesse assunto, para me explicar, e gastei um mês para entender direito
153 como é que esse negócio funciona. E até hoje não sei direito. Mas o básico, eu acho que é importante conter esse
154 efeito colateral de licenciamento e produzir o devido valor do crédito de carbono comprado para o empreendimento
155 que se licencia. É uma distorção, e achei conveniente trazer isso, porque achei muito precisa essa separação que a
156 Renata fez na fala dela, fundamental.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro Manetta.
157 Realmente, sua colocação é muito importante. Nós vamos, inclusive, pensar aqui como que trabalhamos uma
158 comunicação mais assertiva para que esse entendimento fique claro. E queria fazer uma observação sobre a sua fala.
159 De fato, o nosso Plano de Ação Climática estabelece algumas metas setoriais; isso está lá posto. E temos discutido
160 muito dentro do governo, tivemos oportunidade, inclusive, de fazer um grande seminário, em parceria com a Fiemg,
161 sobre mercado de carbono. Porque não é também justo nós iniciarmos a cobrança das reduções propostas no Plano
162 de Ação Climática se não tivermos um mecanismo econômico que garanta também uma contrapartida a esses
163 empreendimentos, que por óbvio deverão ter um investimento de aprimoramento tecnológico dos seus controles.
164 Então, como você colocou, de fato, nós já estamos estudando uma proposta de um projeto de lei para instituir um
165 mercado regulado no Estado de Minas Gerais. No final do ano, inclusive, um pouco antes da COP 28, teve uma
166 movimentação no Congresso Nacional para um projeto de lei, mas uma movimentação pré-COP, muito
167 provavelmente para uma repercussão naquele momento, como estamos acostumados a ver, mas não encaminhou
168 para uma efetivação. Então nós tomamos a decisão aqui de que no governo de Minas nós vamos fazer uma proposta.
169 Por óbvio, nós precisamos de uma legislação. Mas vamos trabalhar junto com todos vocês na Assembleia Legislativa,
170 porque, se você começa a estabelecer as metas, e há uma redução, a adicionalidade precisa estar mensurada para,
171 de fato, as pessoas terem o direito aos créditos de carbono e usarem, inclusive, como mecanismo de compensação
172 naquilo que não consegue se mitigar ou de se reduzir de emissão de gás de efeito estufa.” Conselheiro Fernando
173 Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Enquanto sociedade civil, representante, eu queria só manifestar a
174 nossa alegria de poder estar vivenciando, junto com os demais, este momento de construção intersetorial, respeitosa
175 e tão dinâmico nesse processo que Minas Gerais vem se destacando no mundo. É necessário ressaltar, Marília, o seu
176 trabalho frente ao Sisema, que realmente vem abrindo a possibilidade de uma participação da sociedade civil de
177 forma realmente muito concisa. E todo esse processo que nós estamos ratificando terá, com certeza, a nossa
178 chancela, porque nós entendemos que é aspiração da sociedade e que nós vemos agora sendo gradativamente
179 edificada no Estado, no país e no mundo. É necessário, é um caminho longo, é claro que teremos muitos entraves,
180 mas, dependendo de um trabalho em conjunto que eu agora tenho o prazer de poder estar presenciando, da Faemg,
181 da Fiemg, junto com o governo do Estado, eu acredito que poderá alcançar rapidamente as metas, desde que alguns
182 parlamentares da nossa Assembleia Legislativa possam colaborar no processo de forma mais democrática, podendo
183 abrir mais a palavra não só para os seus, mas para toda a sociedade poder ser ouvida em processos importantes.
184 Muito obrigado e parabéns.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro. Hoje pela manhã, eu
185 participei de um evento do MP, que era sobre desastres ambientais e mudança do clima, e também apresentei um
186 pouco da nossa política e falei muito sobre essa ferramenta MRV que a Renata mencionou. Porque, de fato, uma
187 política de mudança climática não pode ser uma política de governo. Nós impulsionamos essa política agora, a partir
188 da liderança do governador Romeu Zema, mas é uma política de longo prazo para garantir a sua efetividade, como
189 você muito bem colocou. Então o que temos buscado – e a ferramenta MRV é fundamental para isso – é dar
190 transparência de todas as ações que estão propostas, as metas, o que está sendo executado, o que ainda tem a
191 executar de curto, médio e longo prazo, para que, de fato, a sociedade se aproprie dessa política pública,
192 independente do governo que esteja aqui, e possa garantir a continuidade do que foi planejado com muito cuidado
193 técnico, com base científica e com uma discussão ampla com todos os setores. Então, corroborando sua fala, te
194 agradeço. A sociedade civil tem um papel importante, e a sua liderança, também. Muito obrigada.” Conselheiro
195 André Amaral Horta: “Eu parabeneizo o Estado pela iniciativa e pelo pioneirismo de sempre, Minas Gerais saindo na
196 frente. Parabéns a todos os envolvidos.” **8) DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 249, DE 30 DE JANEIRO DE 2024,**
197 **QUE DEFINE AS DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS SISTEMAS**
198 **DE LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE MINAS GERAIS E ALTERA A DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217, DE**
199 **6 DE DEZEMBRO DE 2017. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**
200 **(SEMAD).** Alice Libânia Santana Dias, superintendente de Resíduos, da SEMAD, fez apresentação sobre a Deliberação
201 Normativa COPAM 249/2024, que define as diretrizes para implementação, operacionalização e monitoramento dos

202 sistemas de logística reversa no Estado de Minas Gerais e altera a Deliberação Normativa COPAM 217/2017. Após a
203 exposição, a presidente Marília Carvalho de Melo informou que foi realizado um webinar sobre o tema, nesta
204 semana, e que a SEMAD planeja um seminário no segundo semestre deste ano para uma discussão mais ampla sobre
205 a implementação da DN 249. **9) RESULTADOS DO PROJETO RECICLA BELÔ. Apresentação: Secretaria de Estado de**
206 **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Alice Libânia Santana Dias, superintendente de Resíduos,
207 da SEMAD, fez apresentação sobre o projeto Recicla Belô, iniciativa de catadores de materiais recicláveis da capital
208 e pesquisadores da UFMG. O projeto foi realizado durante o Carnaval deste ano, com apoio da SEMAD, Sedese,
209 Ministério Público de Minas Gerais, Centro Mineiro de Referência em Resíduos, Prefeitura de Belo Horizonte, Copasa
210 e Cemig. Após a exposição, a presidente Marília Carvalho de Melo fez o seguinte destaque: “Eu queria primeiro
211 agradecer à Alice, a apresentação, mas é importante fazer algumas referências também que esse projeto só foi
212 possível em função de um apoio fundamental do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através do Dr. Carlos
213 Eduardo, através da plataforma Sementes, que disponibilizou uma parte significativa dos recursos para execução
214 desse projeto. Também parceria da Cemig e da Copasa, com aporte também de recursos para que nós
215 organizássemos a execução do projeto junto com as associações de catadores aqui de Belo Horizonte. Então fazer
216 esse registro. Como a Alice muito bem pontuou ao final, essa experiência, esse piloto aqui em Belo Horizonte, nos
217 alertou da importância de organizarmos um programa para grandes eventos. Já estamos avaliando isso e discutindo.
218 Hoje, inclusive, pela manhã, eu estava no Ministério Público e conversei com o Dr. Carlos Eduardo. E ele está atento
219 a essa questão, querendo que levemos à frente, inclusive, se disponibilizando para aportar novos recursos para que
220 possamos ampliar isso em outras cidades, em outros grandes eventos, para além do Carnaval, como foi o Recicla
221 Belô.” Em seguida, foi exibido vídeo sobre o projeto, com depoimentos de trabalhadores da reciclagem e seus
222 representantes. **10) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro João Augusto de Pádua Cardoso/ALMG: “Apenas cumprimentá-
223 los por essas iniciativas, tanto a logística reversa, que foi tratada aqui, quanto esse projeto Recicla Belô também.
224 Fiquei encantado com isso. Parabéns pela iniciativa.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, João... Que
225 tenhamos um ano de 2024 muito profícuo e reforçando: este Conselho tem um papel muito importante, nós temos
226 uma participação muito mais ativa nas Câmaras Técnicas, mas eu queria reforçar novamente o papel dos conselheiros
227 do Plenário do COPAM. É aqui que tem competência de propor discussões de políticas públicas, de aprimoramento
228 de políticas públicas. Então nós queremos muito ser, por vocês, motivados para discussões de novas deliberações
229 que nós precisemos pensar, discutir, novas ações sob responsabilidade da SEMAD e de todas as instituições
230 vinculadas do Sisema.” **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília
231 Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo
Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental